

A defesa militar da Amazônia

Celso Castro e Adriana Barreto de Souza*

Quem defendia a Amazônia brasileira, antes de o Brasil existir como nação independente? A pergunta, contraditória em seus próprios termos, ganha sentido quando examinamos as representações que se fazem hoje sobre a presença militar na Amazônia. Em 1995, o general Zenildo Lucena, então ministro do Exército, afirmou que o “destino manifesto do Brasil” era a Amazônia e que integrar a região era prioridade nacional. Sua palestra, proferida no Forte Leavenworth, em Kansas, Estados Unidos, está parcialmente reproduzida na página do Exército brasileiro na internet.¹

Essa afirmação ganha peso quando temos em mente o local e o público da palestra do ministro. O Forte Leavenworth, fundado em 1827, é o posto militar mais antigo em atividade a oeste do rio Mississipi e foi a principal base de operações na expansão da fronteira oeste estadunidense – leia-se: na luta contra os índios e os mexicanos que anteriormente ocupavam esses territórios. O “recado”, portanto, foi dado num lugar que simboliza a história expansionista da única superpotência militar da atualidade – para muitos, um novo “Império” hegemônico. Além disso, as Forças Armadas dos Estados Unidos, especialmente após o início do “Plano Colômbia”, têm sido muitas vezes acusadas de terem como objetivo mais ou menos distante promover uma nova expansão, mesmo que mais disfarçada ou indireta, sobre a região amazônica.

Para se dar maior legitimidade a essa missão institucional, o ministro disse também que o Exército está presente na Amazônia desde o início do século XVII e que desde então luta para garantir a soberania brasileira sobre a região. Tal afirmação ganha sentido como uma construção simbólica destinada a estabelecer uma tradição de longa duração. O historiador, no entanto, precisa ter cuidado para evitar uma visão anacrônica que projete no passado imagens referentes

* Celso Castro é doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ e pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Adriana Barreto de Souza é doutora em História Social pelo PPGHIS da UFRJ e professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹ Ver <http://www.exercito.gov.br/03Brafor/Amazonia/indice.htm>

à instituição militar atual. Neste artigo queremos perguntar, portanto, quem foram os militares que defenderam o território da atual Amazônia brasileira no séculos XVII e XVIII; e, associada a essa questão, o que era esse território, em termos políticos, e o que significava ser militar nessa época.

Os militares que “desbravaram” a Amazônia

O Exército que conhecemos hoje é uma corporação com um certo grau de autonomia, com regras e normas próprias que organizam sua vida interna, desde o comportamento de seus integrantes até o sistema de promoções na carreira. A palavra “militar” nos remete quase naturalmente à idéia de um profissional com habilidades técnicas específicas e que, além disso, incorporou durante os anos de sua formação um conjunto de valores e atitudes pautados por uma forte disciplina. É importante, no entanto, percebermos que esse modelo de “militar” é historicamente recente. Ele só foi instituído, gradativamente, durante o século XIX, à medida que os estados nacionais se consolidavam.

Antes disso, o que existia eram os exércitos *reais* – termo que não é sinônimo de nacionais. O exército dos séculos XVII e XVIII era um bem pessoal da Coroa, não uma força pública. O rei detinha o monopólio da distribuição dos postos e patentes e, assim, controlava a composição do corpo de oficiais. A promoção na carreira seguia critérios que combinavam origem social e prestação de serviços à Coroa, não sendo exigido dos aspirantes ao oficialato qualquer formação acadêmica. Em Portugal, uma reforma desse sistema diferente só foi feita pelo Marquês de Pombal, em 1757.

Resta, então, a pergunta: quem eram os militares que desbravaram a Amazônia no início do século XVII? Os homens que aceitaram participar das expedições dessa época eram militares, mas não do Exército. O motivo disso era tão simples quanto surpreendente: ainda não existia um Exército permanente em Portugal. Este só foi criado em 1641,² quando foi instituído um imposto extraordinário para as despesas de guerra com o propósito formar um exército capaz de sustentar

² SELAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

a revolução iniciada em dezembro de 1640, para libertar Portugal do domínio filipino, exercido desde a instituição da União Ibérica, em 1580.

Militar, no início do século XVII era toda a população do reino. Predominavam ainda as tradicionais relações de vassalagem herdadas da Idade Média. De modo geral, todos os fidalgos, cavaleiros ou escudeiros, criados ou não da Casa Real (o rei ainda não detinha o monopólio de distribuição de títulos, cargos e funções), deviam dispor sempre de cavalos e armas para guerra. Os demais senhores de terras, de acordo com o montante de seus rendimentos e posses, eram obrigados a possuir um número variável de cavalos, lanças e arcabuzes para servirem ao rei. Já os não proprietários, os mecânicos e trabalhadores rurais eram obrigados a ter lança ou dardo.

Em 1570, toda essa população armada foi constituída em Companhias de Ordenanças, uma milícia com organização territorial, por províncias, e valor meramente quantitativo.³ Era dessas ordenanças que saíam os militares portugueses que vinham para a Amazônia – oficiais que em nada lembram o atual modelo disciplinar e técnico. Na verdade, nem mesmo integravam um batalhão, um regimento ou qualquer unidade militar. Por isso utilizava-se o termo *expedições* para definir suas atividades.

As primeiras expedições à Amazônia

Algumas expedições que circularam pela Amazônia no início do século XVII tinham de fato a intenção de conter o que se costumou chamar posteriormente de “cobiça internacional”. Várias delas lutaram contra holandeses, ingleses e franceses – e todos esses, mais portugueses e espanhóis, invadiam áreas em que viviam, desde muito antes, populações indígenas. Só devemos lembrar que a cobiça das outras nações européias não era dirigida para terras brasileiras, nem mesmo portuguesas. A Amazônia, pelo Tratado de Tordesilhas, ainda em vigor, pertencia à Coroa de Espanha. Essas expedições, mesmo saindo de Portugal, eram autorizadas

³ A criação dessas Companhias de Ordenanças está no Regulamento de 10 de dezembro de 1570.

por Madrid. Até 1640, com a união das coroas, era de lá que saíam as ordens para o mundo ibérico.

Além disso, boa parte das expedições desse período eram de *resgates*. Ou seja, expedições que se embrenhavam nas matas com o objetivo de aprisionar índios e levá-los para servir nas missões religiosas ou junto aos colonos que sofriam com a escassez de mão-de-obra escrava. Elas eram dirigidas por um oficial, geralmente um capitão-mor, alguns homens brancos, reinóis que vinham para a Amazônia como soldados, religiosos de diversas ordens e um número avultado de índios aliados. Os mesmos oficiais que participavam da luta pelo controle do território, expulsando os inimigos da Ibéria, também dirigiam as capturas de índios. Já a tarefa de ocupação da Amazônia era responsabilidade não desses militares, mas dos missionários religiosos, que estabeleceram os primeiros povoados.

O capitão-mor Pedro Teixeira

Na página do Exército na Internet sobre a presença dos militares da Amazônia, acima citada, o capitão-mor Pedro Teixeira é celebrado como “figura que deve representar o símbolo da luta pela preservação da soberania brasileira na Amazônia”. A frase encerra uma pequena biografia desse personagem, que merece algumas observações com o objetivo de contextualizá-la historicamente.

Pedro Teixeira pertencia à cultura militar do século XVII. Nascido em Portugal no ano de 1587 e morto em Belém, em 1641, Pedro Teixeira atravessou o Atlântico em 1614 como alferes da

Pedro Teixeira imortalizado na Canção do Soldado da Amazônia

Nossa origem se prende às glórias
da bravura sem par das bandeiras,
pois de Pedro Teixeira as vitórias
demarcaram as nossas fronteiras.
Estes feitos heróicos da história
e o povo ancestral denodado
estão sempre presentes à memória
nas ações de seu forte soldado.

[...]

(Letra do coronel Oswaldo do Passo
Matoso Maia)

expedição de Diogo de Campos, destinada a expulsar os holandeses do Maranhão. Sem dúvida lutou contra forças estrangeiras, mas – é importante destacar – não pela “soberania brasileira”.

Pedro Teixeira não lutou só contra invasores estrangeiros. Antes de se tornar capitão-mor dirigiu vários *resgates* de índios.⁴ Aliás, foi essa experiência na selva, capturando indígenas, que garantiu seu sucesso na grande expedição de 1637, a Quito, que o tornaria bastante famoso, sendo considerada até hoje como um grande feito expedicionário.

O título de “alferes” que lhe é atribuído faz parecer que de fato se tratava de um militar do Exército, o que dá margem a novas imprecisões. Pedro Teixeira fez sua carreira como era possível na época, ou seja, nas Companhias de Ordenanças. Alferes era um dos postos das ditas companhias. O mesmo vale para o posto de capitão-mor.

Este era, inegavelmente, um posto militar – na verdade, o topo da hierarquia das Ordenanças. Cabia ao capitão-mor encarregar-se de engajar a população no serviço, bem como visitar e determinar a formação de companhias. Todavia, esse era também um cargo político, da administração real, sendo provido diretamente pelo governador-geral. As fronteiras entre o mundo militar e civil, tão nítidas atualmente, eram então bem mais flexíveis.

Chegam as unidades de um Exército permanente

Só em julho de 1753 a atual Amazônia brasileira passou a contar na sua defesa com unidades de um Exército permanente. Vieram dois regimentos de Portugal, que receberam os nomes de Regimento da Cidade e Regimento de Macapá. A medida integrava a vasta reforma político-administrativa instituída no reino pelo secretário de d. José I, o marquês de Pombal. Três anos antes, Portugal havia assinado o Tratado de Madrid, incorporando ao seu território mais de 3.000 mil quilômetros de territórios a oeste da antiga Amazônia espanhola. O considerável alargamento das fronteiras, que fez com que o Brasil praticamente assumisse seus contornos atuais, exigia um cuidado maior por parte da Coroa. Por isso, Pombal decidiu mandar para governar a Amazônia – ou melhor, para o Estado do Grão-Pará – seu meio-irmão Francisco Xavier Mendonça de Furtado. Dentre várias tarefas, coube a Francisco Furtado garantir a

⁴ A descrição desses resgates está em um livro clássico, escrito no século XIX por um oficial do Exército. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

demarcação dos novos limites. Para isso, era necessário dispor de um efetivo militar maior e de forças mais bem preparadas. Essa foi a razão da vinda dos regimentos.

Esses impulsos colonizadores, no entanto, não tinham continuidade. A ação era sempre emergencial. Em 1802, em função das indisposições de Portugal com o governo francês, a Coroa resolveu tomar novas providências para garantir a fronteira norte da Amazônia – expediu do Rio de Janeiro para o Pará um outro regimento de infantaria, o de Estremóz.

Até 1822, toda força regular da região se resumia a esses três corpos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria. Além do mais, todos eles estavam aquartelados na capital. No interior da Amazônia, o Exército português continuava ausente, deixando a defesa dessa vasta região nas mãos de forças particulares, os corpos de milícias.

Para concluir, vale assinalar que o peso da atual representação sobre a antiguidade da presença da instituição militar na Amazônia reside não em sua precisão histórica – sujeita, como vimos, a reparos. A importância dessa projeção no passado adquire seu pleno sentido apenas quando perguntamos por seu papel na vida atual da instituição, cada vez mais voltada a enfatizar a necessidade de manter uma presença militar na Amazônia como forma de preservar, para o futuro, a soberania brasileira sobre a região. Um marco nesse processo é o “Projeto Calha Norte”, criado em 1985 com o objetivo de “vivificar” a fronteira norte do Brasil e aumentar a segurança da região através de presença mais ostensiva do Estado brasileiro e das Forças Armadas em particular. A palestra do ministro do Exército mencionada no início deste artigo evidencia a crescente importância estratégica que a Amazônia assumiu nas últimas décadas para os militares brasileiros e, em particular, para o Exército.